PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do superávit ou déficit

QUADRO 3 – Demonstração das mutações do patrimônio social

QUADRO 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATÓRIO MG - 2017/082

Aos Administradores do
PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

De acordo com a nota explicativa nº 13, a política de parceria do ChildFund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do ChildFund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o ChildFund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao ChildFund Internacional. De acordo com análise, a expectativa defusão da entidade é 2017. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Até a data de encerramento dos nossos trabalhos o ChildFund International não se posicionou quanto a fusão da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar aEntidade a não mais semanter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES

Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

QUADRO 1
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

ATIVO	**2016**	**2015**
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes (nota 3)	17.707	284.685
Despesas Antecipadas	579	188
Total do ativo circulante	18.286	284.873
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		
Imobilizado (nota 4)	47.555	45.867
Total do ativo não circulante	47.555	45.867
TOTAL DO ATIVO	**65.841**	**330.740**

QUADRO 1 (Página2)
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	**2016**	**2015**
CIRCULANTE		
Obrigações trabalhistas	373	289
Provisões de férias e encargos (nota 5)	14.724	15.528
DFC's a repassar (nota 6)	-	26.435
Total do passivo circulante	15.097	42.252
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 7)		
Patrimônio social	288.488	138.535
Superávit/ Déficit	(237.744)	149.953
Total do patrimônio líquido	50.744	288.488
TOTAL DO PASSIVO	**65.841**	**330.740**

QUADRO 2
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS		
Doações e subvenções da prefeitura (nota 8)	526.835	590.774
Doações de associados e da comunitadade (nota 8)	11.955	7.132
Trabalho voluntário (nota 12)	4.368	6.823
Receita com isenção INSS	73.638	50.512
Convênio C&A (nota 8)	55.598	270.500
Receitas Diversas (nota 8)	4.003	8.614
Receitas de Aplicações Financeiras	16.239	26.016
Recuperação de despesas	2.508	696
	695.144	961.067
DESPESAS OPERACIONAIS (nota 9)		
Pessoal e encargos	(240.154)	(150.062)
Tributos e Taxas	(24.657)	(19.413)
Materiais diversos	(154.163)	(122.186)
Serviços de terceiros	(208.551)	(215.852)
Despesas bancárias	(3.920)	(3.678)
Despesas com juros e multas	(43)	
Despesas de depreciação	(9.909)	(7.441)
Isenção INSS	(73.638)	(50.512)
Repasse convênio C&A	(33.770)	(171.525)
Trabalho voluntário (nota 12)	(4.368)	(6.823)
Despesas de Doações	(11.905)	(7.917)
Baixa Bens	(475)	-
Despesas gerais	(167.335)	(112.029)
	(932.888)	(867.438)
(Déficit)/ Superávit do exercício	**(237.744)**	**93.629**

QUADRO 3
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	138.535	56.324	194.859
Superávit do exercício	-	93.629	93.629
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**138.535**	**149.953**	**288.488**
Deficit do exercício	-	(237.744)	(237.744)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**138.535**	**(87.791)**	**50.744**

QUADRO 4
PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em reais)

	2016	2015
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superávit/Deficit do exercício	(237.744)	93.629
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação	9.909	7.441
Baixa de bens do ativo imobilizao	475	549
	(227.360)	**101.619**
Aumento nos ativos:		
Despesas antecipadas	(391)	361
	(391)	**361**
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores		
Obrigações trabalhistas	84	(295)
Provisões de férias e encargos	(804)	1.986
DFC's a repassar	(26.435)	7.570
	(27.155)	**9.261**
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(254.906)**	**111.241**
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao ativo permanente	(12.072)	(17.542)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(12.072)**	**(17.542)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais e de investimentos	**(266.978)**	**93.699**
Disponibilidade no início do exercício	284.685	190.986
Disponibilidade no final do exercício	17.707	284.685
Aumento (redução) líquido nas disponibilidades	**(266.978)**	**93.699**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PROJETO COMUNITÁRIO SORRISO DA CRIANÇA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016
(Em reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

O Projeto Comunitário Sorriso da Criança é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, que atua na área de assistência social na modalidade de proteção social básica. É regido por estatuto social e legislação aplicável. Com sede e Foro à Rua Planalto, 167 – Presidente Kennedy – Fortaleza – CE atua na área de assistência social às famílias, abrangendo toda a comunidade para inscrição e participação dos programas desenvolvidos por esta Entidade.

Mantido pelo sistema de apadrinhamento do Fundo Cristão para Crianças e de doações especiais de grupos de pessoas ou empresas. É administrada por uma Assembleia Deliberativa e por um Conselho Fiscal, com mandato de 03 (três) anos, formado por membros da comunidade que dedicam parte de seu tempo de trabalho nessa atividade.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002 R1).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela administração da Entidade em 26/02/2016.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBCITG 2002 R1mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação especifica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões e estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicaçõesfinanceiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

e. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	2016	2015
Caixa Geral	336	513
Caixa Econômica 1898-7	50	50
Caixa Econômica Federal 597-4	-	966
Caixa Econômica Federal 36055	-	5.336
Caixa Econômica Federal 3806-6	3.116	50
CEF 3605-5(Aplicação)	-	93.575
CEF 1898-7(Aplicação)	13.683	99.015
CEF 38066 (Aplicação)	10.903	86.026
CEF 57974 (Aplicação)	-	9.452
(-) Cheques a compensar	(10.381)	(10.298)
Total	**17.707**	**284.685**

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com remuneração atrelada ao CDI (Certificado de Deposito Interbancário). Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela Entidade sem qualquer ônus.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de Depreciação ao ano %	2016	2015
Terrenos			
Edificações	4%	9	9
Máquinas e equipamentos	10%	26.744	24.200
Móveis e utensílios	10%	16.810	15.987
Equipamentos de informática	20%	35.768	29.689
		79.321	69.875
Depreciação acumulada		(31.766)	(24.008)
Total Imobilizado		**47.555**	**45.867**

A entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Edifícios e Instalações	Maquinas Equip.	Móveis Utensil.	Equip. Inf.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**-**	**22.323**	**5.375**	**8.617**	**36.315**
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	837	5.365	11.340	17.542
Depreciação	-	(252)	(63)	(234)	(549)
Transferências Internas	-	(1.839)	(1.230)	(4.372)	(7.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**-**	**21.069**	**9.447**	**15.351**	**45.867**
Adições	-	4.079	1.336	6.657	12.072
Baixas	-	(276)	(165)	(35)	(476)
Depreciação	-	(1.912)	(1.822)	(6.174)	(9.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**22.960**	**8.796**	**15.799**	**47.555**

5. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	2016	2015
Provisão para férias	13.508	14.246
FGTS sobre férias	1.080	1.140
PIS sobre férias	135	142
TOTAL	**14.723**	**15.528**

6. DFCS (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do Fundo Cristão para Crianças valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	2016	2015
Saldo anterior	26.435	18.865
DFCs recebidos destinados às Crianças	167.224	185.156
DFCs repassados às Crianças	(193.659)	(177.586)
Saldo a Repassar para crianças	**-**	**26.435**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado'' e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2016, foi aprovada pela administração a incorporação do superávit no montante de R$93.629 referente ao resultado apurado em 2015 (superávit de R$ 56.324 em 2015 referente ao resultado apurado em 2014).

O superávit apurado em 2016 no valor de R$ (237.744)será objeto de provação para incorporação no exercício seguinte.

8. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	2016	2015
Subsídios do Fundo Cristão para Crianças (FCC)	526.835	590.774
Convênio C&A	55.598	270.500
Receitas da Comunidade	4.003	8.614
Doações de Materiais	11.955	7.132
Total	**598.391**	**877.020**

9. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas segregadamente por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto no. 8.242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, a Entidade, no ano de 2016, concedeu gratuidades no montante de R$ 849.340(R$903.114em 2015), conforme demonstrado a seguir:

Ano	**2016**	**2015**
Despesas operacionais	932.888	867.438
Contribuições sociais - INSS quota isenta	(73.638)	(50.512)
Despesas com depreciação	(9.909)	(7.441)
Gratuidades	**849.341**	**809.485**

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e ou metodologias de estimativa poderão ter um efeito diferente dos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor justo.

11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguros para o seu imobilizado. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão quanto à suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

12. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento a resolução aplicável as entidades sem finalidades de lucros o PROJETO COMUNITARIO SORRISO DA CRIANÇA, Identificou e mensurou a valor de mercado os trabalhos voluntários do Conselho Administrativo durante os exercícios de 2016 e de 2015.

Governança

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	188,19	294
Valor h/h	23,21	23,21
Valor total - R$	**4.368**	**6.823**

13. INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

A política de parceria do Child Fund preza pela independência das organizações parceiras. A análise de indicadores sociais e financeiros elaborados pela administração do Child Fund Brasil em consonância com a avaliação da estratégia global indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Anualmente o Child Fund Brasil elabora análise propondo desafiliação e fusão das Entidades e submete ao Child Fund Internacional. De acordo com análise, a expectativa de fusão da entidade é 2017.

.